



# Jornal FNE

## Edição 31 – Dez/04

### Futuro à vista

Está em pauta nesta edição do Engenheiro o tema que certamente terá crucial influência no futuro da humanidade: a nanotecnologia. Considerada a quinta revolução industrial, a inovação já concentra investimentos de bilhões de dólares e anuncia negócios na marca do trilhão. Apesar da crônica falta de investimentos em ciência, o Brasil também já dá passos nessa direção, graças ao esforço de seus pesquisadores.

Menos ambiciosos, os milhões de cidadãos que penam com a seca nordestina esperam uma solução para sua situação, que requer nem tanto dinheiro, nem tanta tecnologia. A oferta do Governo é a famigerada transposição do Rio São Francisco. O projeto, alertam técnicos, pode não resolver o problema e criar novos.

Ainda no campo das situações em que a emenda sairá pior que o soneto, estão as PPPs (Parcerias Público-Privadas). Ao fechamento desta edição, o projeto estava para ser votado na Comissão de Constituição e Justiça do Senado. Como mostra a economista Ceci Juruá, a saída para contornar a incapacidade do Estado de investir pode representar uma ameaça ainda maior às suas finanças, e mais: à própria soberania brasileira.

Também nesta edição Michael Löwy fala sobre o movimento anti-globalização, continua a mobilização contra a reforma sindical e o que acontece nos estados. Boa leitura!

# CAPA

---

Determinadas a impedir a aprovação da PEC (Proposta de Emenda Constitucional) que abre caminho à mudança da legislação da estrutura sindical brasileira, as entidades que compõem o FST (Fórum Sindical dos Trabalhadores) realizaram nova manifestação – em março último, lideranças haviam se reunido em Brasília com esse objetivo. Os atos públicos aconteceram em 11 de novembro, simultaneamente na Capital Federal, em frente ao MTE (Ministério do Trabalho e Emprego), e em diversos estados, nas DRTs (Delegacias Regionais do Trabalho), informa Jorge Gomes, diretor da FNE e presidente da CBP (Central Brasileira de Profissionais). “Em Brasília, a manifestação se deu com uma expressiva presença, pedindo inclusive a demissão de Ricardo Berzoini (ministro do Trabalho), devido às trapalhadas do Governo, como tem sido a proposta de reforma sindical e trabalhista”, relata.

Apesar do empenho demonstrado pelo Executivo para colocar a PEC em votação, Gomes diz estar confiante na força do movimento sindical para impedir que isso aconteça. “Se for aprovado, será uma tragédia para os trabalhadores”, aponta. Além dos prováveis efeitos nefastos da mudança, o engenheiro questiona também a legitimidade do que está sendo proposto. “Saiu do FNT (Fórum Nacional do Trabalho) e foi apresentado como consenso, mas não tem apoio da maior parte das entidades; na realidade, conta com o aval apenas de parte da CUT (Central Única dos Trabalhadores).”

Ele informa ainda que continua a batalha pela aprovação do projeto de lei versando sobre a organização, defendido pelo FST e encabeçado pelo deputado Sérgio Miranda (PCdoB-MG). A proposição, segundo Gomes, já contava, no início de novembro, com 160 assinaturas de parlamentares. O objetivo é ampliar o número dessas adesões antes do envio oficial à Câmara, preferencialmente conquistando a maioria dos congressistas. O texto, que regulamenta o artigo 8º da Constituição, em vez de alterá-lo como pretende o Governo, mantém itens fundamentais para os profissionais liberais, como a unicidade e os sindicatos por categoria.

## Intervenção

Aconteceram também no dia 11 reuniões dos sindicalistas com o senador Paulo Paim (PT-RS) e o deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR). Ambos são autores de projetos de decretos legislativos que revogam a Portaria 160 do MTE. Essa compromete o custeio dos sindicatos e atropela a próprio processo visando a reforma do Governo. “Esse ato representou intervenção do Ministro no movimento sindical de uma forma que não se via desde a ditadura, atinge diretamente as negociações coletivas”, critica Gomes.

# OPINIÃO I

---

O Ministério dos Transportes apresentou a proposta do Plano de Reestruturação do Setor Ferroviário. Nele, definem-se: as políticas de transporte e as competências dos diversos órgãos envolvidos. Entre eles, o DNIT (Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes), que, após vencidas todas as etapas previstas, concentrará as ações pertinentes ao desenvolvimento do setor ferroviário.

Uma medida provisória extinguirá a RFFSA (Rede Ferroviária Federal), que se transformará na Superintendência Nacional de Transportes Ferroviários e deverá agregar os trabalhadores remanescentes da própria Rede, da Geipot (Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes) e da EBTU (Empresa Brasileira de Transportes Urbanos).

Entre outras medidas de caráter burocrático, promove-se a revisão da Lei nº 10.233/2001, alterando a estrutura e atribuições do DNIT, do qual serão extintas as diretorias de Infra-estrutura Terrestre e de Planejamento e Projetos. No lugar dessas, serão criadas as de Transportes Rodoviários e de Transportes Ferroviários, além de mais quatro coordenações gerais. Posteriormente, uma segunda medida provisória extinguirá a superintendência criada que será, juntamente com a Valec S.A. (Ferrovia Norte-Sul), absorvida pelo DNIT, incluindo-se todos os direitos, deveres, ativos, passivos e trabalhadores.

À ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres) passam a fiscalização dos contratos oriundos do processo de desestatização da RFFSA e da Valec, assim como os de arrendamento – nesse caso, a tarefa será feita em conjunto com o DNIT.

*Lannes Laio Moor Oliveira, engenheiro ferroviário há 57 anos,  
participou da elaboração do Plano de Reestruturação da Ferrovia.*

# OPINIÃO II

---

O Mato Grosso do Sul vive atualmente um momento especial no que diz respeito a desenvolvimento tecnológico, pois consolidou-se o Movimento de Tecnologia e Produção no Estado, com o objetivo de elaborar pareceres de obras, projetos, serviços e programas técnicos. Aqui, evidencia-se a valorização do engenheiro como agente promotor da qualidade de vida e elemento norteador de políticas de desenvolvimento.

É preciso ter em mente que, em nosso país, os profissionais e empresas ligadas ao Sistema Confea/Creas são responsáveis por cerca de 75% do PIB (Produto Interno Bruto). Em nosso Estado, esses técnicos compõem uma comunidade que ultrapassa os 12 mil registrados no Crea-MS e respondem por considerável parcela das atividades econômicas.

Almejar o desenvolvimento do Estado significa valorizar esses profissionais. Administrar recursos escassos requer a efetiva participação do engenheiro. Fazer certo e sem desperdícios são nossas atribuições. Por isso mesmo, o movimento deverá atuar em seis eixos, à luz da Agenda 21. A saber:

**Agricultura sustentável:** fomentar a agricultura familiar, a integração dos agricultores e a reestruturação dos serviços estaduais de assistência técnica e extensão rural; aprofundar as discussões e as pesquisas científicas sobre o uso dos produtos transgênicos e seus efeitos para a saúde humana.

**Gestão dos recursos naturais:** organizar de forma auto-sustentada as questões ambientais, mediante políticas que impliquem o adequado uso da energia, dos recursos naturais e de suporte a mecanismos de desenvolvimento limpo; elaborar, com apoio do sistema, uma transparente e eficaz política de desenvolvimento sustentável do Pantanal Sul-matogrossense; apoiar e incentivar a adoção na grade curricular do ensino fundamental e médio da matéria “Educação Ambiental”; gerenciar, baseado em modelo democrático e participativo, os recursos hídricos do Estado de Mato Grosso do Sul.

**Cidades sustentáveis:** propor a instituição de comitês para a discussão do estatuto da cidade, assim como uma política de desenvolvimento urbano sustentável, tendo como missão a inserção da população de baixa renda em um processo de mobilização e participação comunitária; buscar soluções para transporte de massa, saneamento básico, urbanização e humanização das favelas.

**Infra-estrutura e desenvolvimento regional:** analisar a execução de obras governamentais e sugerir a retomada daquelas paralisadas consideradas importantes; fomentar um programa estadual de reciclagem de lixo urbano e resíduos agroindustriais; propugnar o cumprimento da Lei dos Crimes Ambientais.

**Redução das desigualdades sociais:** propor a implementação de obras de engenharia buscando o atendimento à população de baixa renda e o resgate da cidadania; estimular a pesquisa de tecnologia alternativa buscando incrementar a construção civil como forma de ampliar o mercado de trabalho.

Ciência e tecnologia: melhorar a exploração dos potenciais de biodiversidade; propor parcerias objetivando avaliar as decisões administrativas do Poder Executivo sob o ponto de vista tecnológico.

*Arthur Chinzarian é engenheiro civil e presidente do Senge-MS*

# ENGENHARIA

---

O plano de transposição do Rio São Francisco, já cogitado inúmeras vezes ao longo da história, foi ressuscitado pelo Governo atual e batizado como “Projeto de Integração às Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional”. A proposta, que enfrenta uma enxurrada de críticas, é apresentada pelo Ministério da Integração Nacional como solução para se levar água a quem tem sede. Segundo João Urbano Cagnin, coordenador técnico do projeto, serão atendidos em torno de 9 milhões de brasileiros. “Abrange consumidores urbanos do Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte e Pernambuco. Esses englobam cerca de 45% da população do polígono da seca”, afirma.

Em fase de licenciamento ambiental e já contemplado na proposta do Orçamento Geral da União para 2005, com dotação de R\$ 1,07 bilhão, o projeto deve levar, conforme ele, de quatro a seis anos para ser concluído. Visa a retirada contínua de 26 metros cúbicos de água por segundo para uso humano e animal nos quatros estados. Segundo o Governo, volume superior a esse – de 127m<sup>3</sup>/s no máximo – só acontecerá nos anos hidrológicamente favoráveis.

Está prevista a construção de dois canais. Por intermédio de ambos, serão despejadas as águas do São Francisco nos rios que alimentam os grandes açudes da região. De acordo com o Governo, a partir de então, a água ali armazenada será liberada para múltiplos usos.

Por entre os dedos

Na análise de João Abner Guimarães Júnior, professor-doutor adjunto na área de recursos hídricos da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, o projeto não é prioritário, porque não há déficit hídrico nos locais de destino. Pelo contrário, há superávit. Ele demonstra: “No Ceará, o nível de utilização da água é de 25%. E no Rio Grande do Norte é de menos de 50%.” E enfatiza: “A água vai para onde tem água, para os grandes projetos de irrigação e criação de camarão.”

Mas, então, por que as pessoas sofrem o flagelo da seca nessas localidades? O professor responde: falta infra-estrutura de distribuição de água e democratizar o acesso ao ouro azul nos locais que já contam com ela. Na sua concepção, não se justifica o investimento de R\$ 5 bilhões – o total anunciado por Urbano para viabilizar o projeto de integração – se as soluções podem ser bem menos custosas. “É claro que a população ao longo dos canais vai se beneficiar, mas isso representa 5% do semi-árido nordestino. É um custo muito alto para uma área de influência pequena”, acrescenta.

Outro argumento de Abner contra a transposição é que, na Bacia do São Francisco, 80% da água – 1.500m<sup>3</sup>/s – é destinada à geração de energia. Conseqüentemente, “seus 13 milhões de habitantes têm, para usufruto, 360m<sup>3</sup>, dos quais 335m<sup>3</sup> estão outorgados, comprometidos com usos para abastecimento, irrigação. Restam somente 25m<sup>3</sup>/s”. João Suassuna, pesquisador da Fundação Joaquim Nabuco, atesta e vai além: “O Rio São Francisco é

hidrologicamente pobre. Além disso, tem múltiplos usos, com um parque de irrigação importante e em crescimento.” Ele continua: “Mais de 95% da energia oriunda do Nordeste provém do São Francisco. O aumento dessa demanda é de 2% sobre o crescimento do País, que está em 4%. A se manter esse índice, em 12 anos vamos ter que dobrar o fornecimento de energia para a região. Esses problemas de geração e irrigação já são um conflito. E o Governo quer abastecer com a transposição 9 milhões de pessoas. Não vai ser possível.” Urbano assegura que apenas os 26m<sup>3</sup> vão conflitar com os outros usos, já que o excedente somente será disponibilizado se a barragem de Sobradinho estiver praticamente cheia. “Isso acontece de sete em sete anos”, alerta Suassuna. O coordenador técnico do projeto contesta: “Desde que foi inaugurada em 1979, em muitos anos ela verteu.”

### Impactos e divergências

Urbano rebate ainda a crítica de que a transposição terá impacto significativo na geração de energia. “Se for feita, vai se perder, daqui a 20 anos, 130 e poucos MW, o que representa mais ou menos 2% da geração da Chesf (Companhia Hidrelétrica do São Francisco). Não pesa nada.” O professor da UFRN discorda: “A transposição vai alterar a matriz energética da região ou antecipar essa mudança.” Para ele, além disso, o projeto vai implicar a diminuição da vazão na foz do rio, o que trará conseqüências ao meio ambiente. Suassuna vê problemas ainda na qualidade do líquido que será ofertado à população. “A água do rio está muito poluída. Em Petrolina (município pernambucano), está imprestável para banho e querem dar para as pessoas beberem.” Portanto, na sua opinião, teria que ser feita a revitalização do São Francisco primeiro e não simultaneamente, como prevê o projeto do Governo. Para Urbano, uma ação independe da outra.

Os opositores questionam, também, o preço que se pagará pelo líquido transposto – de 11 centavos o metro cúbico, quando a Codevasf (Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba) leva água a Petrolina por 2,3 centavos. O coordenador técnico do projeto pondera: “O custo é mais elevado, porque a água virá de distância mais longa. Mas as cidades e indústrias podem pagar por isso. Além do mais, essa será misturada nos açudes com a água local, que tem baixo custo. Na média, não ficará tão caro.”

Abner acredita que o projeto detonará um conflito entre os estados da região. “Os ganhos são todos para as bacias receptoras”, confirma Luiz Carlos da Silveira Fontes, secretário executivo do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. Na defesa dos seus interesses, esse foi unânime. “Sua definição é de que não deveria haver transposição sequer para consumo humano e animal. A exceção é o caso previsto na lei, de escassez comprovada”, destaca. De acordo com ele, a avaliação baseou-se em análise técnica e também no resultado das cinco consultas públicas realizadas no mês de outubro, com a participação de cerca de 4 mil pessoas. Urbano avisa: “O Ministério vai submeter ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos essa decisão.”

# SINDICAL I

---

## RN

### Entidade realiza debate sobre reforma sindical

No dia 11 de novembro, aconteceu na sede do Senge-RN um debate sobre o projeto de reforma sindical do Governo Federal – elaborado pelo FNT (Fórum Nacional do Trabalho) – e a alternativa apresentada pelo Fórum Sindical dos Trabalhadores, que fundamenta proposição de autoria do deputado Sérgio Miranda. No evento, o presidente da CNPL (Confederação Nacional das Profissões Liberais), Luiz Eduardo Gautério Gallo, proferiu palestra sobre o assunto, tendo o contraponto de diretores regionais das principais centrais sindicais brasileiras.

O projeto do Governo prevê o fim da unicidade e não contempla os profissionais liberais, ao estabelecer entidades por ramo de atividade e não mais por categoria diferenciada. Isso deve enfraquecer e mesmo extinguir sindicatos representativos, como os dos engenheiros. Portanto, trará efeitos deletérios a milhares de trabalhadores, cujas demandas específicas muito provavelmente não mais serão atendidas. Para lutar contra isso, ficou decidido, no ensejo, que o Senge-RN conduzirá as discussões e articulações locais futuras diante da tramitação no Congresso dos dois projetos. O sindicato realizará, ainda, outros debates sobre a reforma.

## PA

### Grupo Rede omitiu condenação e multas da Aneel

Em outubro, o Senge-Pará teve acesso, em Brasília, a processo que comprovou as denúncias que fez durante o seminário “Política Energética e Desenvolvimento”, realizado em São Paulo no dia 27 de agosto último: o Grupo Rede, controlador da Celpa (Centrais Elétricas do Pará), desviou, até dezembro de 2003, mais de R\$ 443 milhões da receita dessa companhia para outras da holding. A empresa vinha negando e omitindo sistematicamente tal fato, muito embora a Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), em seu relatório de fiscalização de junho de 2003, já tivesse multado a Celpa em mais de R\$ 4 milhões. A condenação deveu-se à prática de operações que teriam o objetivo de fabricar custos e transferir os riscos inerentes à atividade competitiva para a regulada, usando as concessionárias de serviços públicos para garantir e captar recursos. Conforme demonstra o processo, em março deste ano, a Aneel contestou liminar dada pela Justiça Federal que permitia à Celpa continuar fazendo transferências de dinheiro para companhias coligadas. Mas as operações não cessaram. A partir de 1º de setembro, a agência revogou todas as autorizações para celebração de contratos de conta corrente multilateral. A decisão foi motivada, entre outras irregularidades, porque as partes não atenderam às condições e exigências expressas nos ofícios de aprovação e houve contaminação de custos e comprometimento do equilíbrio econômico-financeiro de cada concessão.

PI

Sindicato faz a maior eleição de sua história

Com a implantação das diretorias regionais nas cidades de Parnaíba, Floriano, Picos e Corrente, o Senge-Piauí realizará em 29 de novembro, em sua sede e nas das empresas com maior concentração de filiados, o maior pleito de sua história. Efetuará eleições para as diretorias executiva e regionais, Conselho Fiscal, delegados nas empresas e conselheiros regionais representantes do sindicato no Crea. “O crescimento do Senge-PI deve-se à sua presença em todas as questões que dizem respeito à engenharia no Estado do Piauí, às lutas deflagradas em defesa dos profissionais da categoria e da sociedade e aos serviços prestados em prol dos seus representados. Isso é resultado de um trabalho corajoso, ético e responsável”, ressaltou o presidente da entidade, Florentino Filho.

O dia 29 de novembro será uma festa para a engenharia, quando o sindicato se firmará como a maior organização da categoria no Piauí, assegurando a representatividade em todas as regiões do Estado. A nova diretoria a ser eleita terá pela frente o desafio de manter e ampliar a presença dessa entidade em todas as questões que dizem respeito às inúmeras modalidades da engenharia e seus profissionais, especificamente nas que são lutas permanentes: o respeito do poder público ao salário mínimo profissional (Lei 4.950-A), os cargos exclusivos da engenharia (Lei 5.194/66, resoluções 430 e 218 do Confea) e outras.

DF

Jantar comemorativo

O Senge-DF convida os engenheiros civis graduados pela UnB (Universidade de Brasília) em 1975 para o jantar em comemoração aos 30 anos de sua formatura, a se realizar no dia 5 de agosto de 2005 na Churrascaria Porcão. As reservas já estão abertas. Interessados devem confirmar presença pelos telefones (61) 225-2440 e 225-3137.

Cadastro – O sindicato está atualizando o cadastro de seus filiados. Portanto, solicita que enviem seus dados para o e-mail [sengedf@sengedf.com.br](mailto:sengedf@sengedf.com.br).

RS

Estatais federais não negociam

Após a realização de duas audiências de conciliação entre o Senge-RS e a Trensurb (Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A.), intermediadas pela DRT-RS (Delegacia Regional do Trabalho), a estatal federal interrompeu, pelo segundo ano consecutivo – e mesmo após apresentar proposta conciliatória, da qual voltou atrás – as negociações com o sindicato. O Acordo Coletivo de Trabalho 2003-2004 já se encontra sub judice. Em relação a esse, para o biênio 2004-2005, o Senge dirigiu correspondência ao Departamento de Coordenação e

Controle das Empresas Estatais, em Brasília, onde relata as suas tentativas infrutíferas “de resgatar os patamares mínimos dignos para o exercício profissional” da categoria dos engenheiros na companhia. A Trensurb alega que a política de impor o monopólio de representação sindical, ao arrepio da lei, e a de transferência de renda intercategorias, na estatal, tem o amparo e a diretriz do próprio departamento. Para o sindicato, tal postura contribui para o crescimento do passivo trabalhista e ao desmantelamento da empresa, bem como ao descrédito da gestão pública.

A mesma política vem sendo adotada pela estatal federal CGTEE (Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica). A posição da empresa, também manifestada em audiências na DRT-RS, é a de não abrir mão da sua prática de negociar apenas com o sindicato majoritário. O Senge-RS, esgotadas todas as alternativas negociais, foi compelido a buscar solução junto ao Judiciário.

MA

Nova sede

Visando oferecer mais comodidade aos profissionais da categoria, bem como lhes assegurar cursos de capacitação, o Senge-MA mudou de casa. O endereço é Rua das Hortas, 94, Centro, São Luís/MA.

# SINDICAL II

---

Tramitando na Câmara dos Deputados desde junho último, o PL nº 3.884/04, que institui normas gerais de contratos para a constituição de consórcios públicos e gestão associada dos serviços, tem suscitado dúvidas e críticas diversas. Uma delas é que abriria espaço para as privatizações. Com o intuito de fomentar o debate sobre o assunto, a FNE e o Seesp (Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo) promoveram palestra acerca do tema, em 17 de novembro. Realizada na sede da entidade paulista, foi proferida pelo assessor da Subchefia de Assuntos Federativos da Secretaria de Coordenação Política e Assuntos Institucionais da Presidência da República, Bruno Henrique Benfica da Câmara Pinto. Segundo ele, os consórcios públicos apresentam-se como uma alternativa de coordenação política e ação cooperada entre os entes da federação (estados, municípios e União).

Câmara lembrou ser esse projeto resultado das discussões de grupo de trabalho interministerial, formado em atendimento a pleito efetuado no início do ano passado pela Frente Nacional de Prefeitos à Subchefia de Assuntos Federativos, de regulamentação do artigo 241 da Constituição Federal. Introduzido por emenda de 1998, tal prevê a formação dos consórcios públicos. Porém, como não há lei federal que disponha sobre o assunto, conforme o assessor, esses funcionam hoje de maneira precária. “Municípios se unem, dão origem a entes privados e aí têm dificuldades em prestar contas sobre a alocação de dinheiro público para tais associações”, exemplificou. Outro problema é a falta de normas que dificultem que os consórcios sejam desfeitos de uma hora para a outra e assegurem a continuidade dos serviços. Embora não coíba tais práticas, afirmou o assessor, o projeto apresenta um instrumento para que parcerias se viabilizem com maior segurança jurídica.

## Argumento é eficiência

De acordo com ele, entre os princípios essenciais da proposição está o respeito à autonomia dos entes federados, com a combinação entre eles a partir de seus interesses e necessidades específicas. Pela proposta do Governo Federal, os consórcios vão ser objeto das leis que os estados e municípios terão que aprovar no próprio Legislativo. A manobra visa dificultar, por exemplo, que ao fim da gestão de um prefeito, o seu sucessor desista do contrato. “Existem instrumentos para garantir a manutenção dos consórcios, para que não haja descontinuidade numa política. Mas isso depende da dinâmica local e regional”, ponderou.

Os objetivos do projeto abrangem “fortalecer o papel do ente público de agente planejador, regulador e fiscalizador de serviços”. Ao expor isso, Câmara procura rebater a crítica de que o projeto tem viés privatizante – embora artigos ensejem dúvidas quanto a isso. “A idéia é que o município recupere essas atividades primordiais de planejar o seu desenvolvimento, estabelecer regras de universalização e qualidade dos serviços, além de fiscalizar a forma como esses são prestados. Setenta e três por cento dos municípios têm menos de 20 mil habitantes. Pelo menos para os governos locais é necessário reforçar essas atribuições. É preciso dar a

essas pequenas cidades estrutura de Estado e qualificá-las a cumprir o dever constitucional de prover serviços à população”, salientou.

A proposição pretende, disse o assessor, gerar maior racionalidade na execução cooperada de serviços e políticas públicas. Na sua visão, dessa forma, a instituição dos consórcios assegura a regionalização de serviços essenciais e que municípios menores tenham suas demandas atendidas – o que, sozinhos, não conseguiriam. Câmara destacou que o projeto não limita a abrangência dos consórcios a um determinado setor. Esse arranjo pode ser utilizado em diferentes áreas e para a implementação de diversas políticas públicas. Por exemplo, em saneamento, transporte, na execução de serviços sociais, como saúde, e até no fornecimento de assistência técnica, extensão, treinamento, pesquisa e desenvolvimento urbano, rural e agrário.

Resultado das campanhas salariais no ONS e na Eletrobrás inclui reajuste e abono

Fechados acordos no setor elétrico

Em outubro, a FNE fechou acordo com o Operador Nacional do Sistema (data-base em 1º de setembro) e assinou com o Grupo Eletrobrás (data-base em 1º de maio). O primeiro inclui reajuste salarial de 7,8%, abono de 80% da remuneração a título de perda da massa salarial e performance organizacional, garantia de ART (Anotação de Responsabilidade Técnica), gratificação de férias (de R\$ 1.200,00) e de substituição, quando essa for superior a dez dias ininterruptos.

No Grupo Eletrobrás, o acordo nacional abrange itens econômicos. Assim, engloba reajuste salarial de 5,26%, extensivo aos benefícios e retroativo a 1º de maio; e concessão de abono salarial correspondente a 60% de uma remuneração mais parcela fixa de R\$ 1.000,00. Quanto à PLR (Participação nos Lucros e Resultados), ponto polêmico nas negociações, houve mudança de critérios. Agora, será com base na distribuição de dividendos pelo grupo. A FNE forçou a inclusão de parágrafo em que, caso o resultado da holding for negativo, garantem o pagamento as empresas que, individualmente, apresentarem balanços positivos. Ficou acordado que a distribuição do montante será da seguinte forma: no máximo, 70% proporcional ao salário do trabalhador e o restante linearmente.

# ECONOMIA

---

O Governo entrou o mês de novembro empenhando-se nas articulações políticas para garantir a aprovação da lei que estabelece as PPPs (Parcerias Público-Privadas). Os acertos com a oposição asseguraram a votação da matéria em 18 de novembro na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado. Ficou frustrado, contudo, o intuito de passar pela de Constituição e Justiça na mesma data. No fechamento desta edição, esse segundo passo estava previsto para o dia 23. O esforço da liderança do Executivo, a partir daí, seria encaminhar o projeto imediatamente ao plenário e, na seqüência, de volta à apreciação da Câmara, ainda em 2004.

Se o plano der certo, estará vencido um dos pontos principais da agenda anunciada pelo ministro da Coordenação Política, Aldo Rebelo, para o período pós-eleitoral e estará, afirmasse, aberto o caminho aos investimentos em infra-estrutura.

Infelizmente, o sucesso do Executivo nesse episódio pode representar grande prejuízo à sociedade. Quem faz o alerta é a economista Ceci Juruá, membro do Corecon-RJ (Conselho Regional de Economia) e estudiosa do assunto. Isso a despeito das mudanças resultantes da negociação com a oposição, que vinha apontando problemas em relação à Lei de Responsabilidade Fiscal. O empecilho foi contornado com a inclusão, no substitutivo do senador Valdir Raupp (PMDB-RO), de cláusula limitando a 1% da receita líquida a participação do Estado nas parcerias. Legalmente, a regra vale apenas para a União, mas estados e municípios terão que submeter seus projetos ao Tesouro Nacional e ao Senado, sob pena de não mais receberem transferências voluntárias do Governo Federal. A participação do setor público ficou limitada a 80% do valor do empreendimento, incluindo os financiamentos de órgãos como o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social).

## País no prego

Ainda que essas garantias permaneçam após as votações, pouco resolvem em relação aos riscos que a proposição original representa ao setor público, avalia Juruá. “Ninguém é contra a parceria em si, mas, como está colocado, o projeto pode implicar a inauguração de um capitalismo sem risco: as empresas investem e o Governo garante rentabilidade.” Ela explica a mágica: “Toda a parte financeira, montagem e gestão do projeto, inclusive a propriedade dos bens e ativos, ficam com o parceiro privado; o Governo fica autorizado a fornecer uma complementação de receita e até poderá arcar integralmente com a remuneração do parceiro privado, em casos justificados. No caso de uma escola, por exemplo: se o investidor não pudesse cobrar mensalidades por ser uma população pobre, o Governo pagaria o custo por aluno. Isso é o que o projeto autoriza.”

Mais assustador que o fato de o Governo desembolsar muito dinheiro para cumprir os contratos da parceria, assegurando o ganho do investidor, é o cenário caso ele não consiga fazer frente a isso. Segundo Juruá, está prevista, como garantia, a constituição de um fundo fiduciário de direito privado formado por bens móveis e imóveis. “Isso é muito vago, pode

incluir ações de empresas estatais ou terras. E, de acordo com o Código Civil, são bens móveis as energias com valor econômico. Ou seja, nossas águas, usinas hidrelétricas etc.”

Além do assalto ao patrimônio público, a PPP representaria um grande problema de ordem jurídica e política, afetando a própria democracia, constata Juruá. A autorização de cada empreendimento ficará a cargo do comitê gestor, formado pelos ministérios da Fazenda, Casa Civil e Planejamento. Também darão pareceres, conforme o substitutivo do projeto, a pasta ligada à parceria em questão (Transporte, por exemplo) e a agência reguladora correspondente. Mas o Congresso fica fora disso. A fiscalização dos contratos, aparentemente, não será feita pelo Tribunal de Contas – salvo se ao final prevalecer a emenda proposta pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS) –, apesar dos recursos públicos envolvidos, mas por auditoria contratada no mercado. Uma arbitragem poderá substituir o Poder Judiciário na solução de eventuais conflitos. “Nós estamos correndo o risco de abandonar uma ordem jurídica constitucional por uma contratual”, ressalta ela.

Na toca da raposa

A complexidade aumenta ao se observar que os parceiros privados serão SPEs (Sociedades de Propósitos Específicos), cujo verdadeiro controlador muitas vezes é desconhecido, dificultando a cobrança de direitos. As ações dessas companhias, que se referem ao próprio empreendimento feito em parceria com o Estado, poderão ser negociadas em bolsa de valores no País ou no exterior. “Tudo isso é um grande risco para nós, brasileiros. Está havendo um grau muito grande de oligopolização na economia mundial. Existem conglomerados que têm o controle planetário de certos setores e riquezas. Esses sempre atuam em causa própria, mas nós não vamos ter quem nos defenda”, observa Juruá.

Antes de se lançar em tal aventura, aconselha ela, é recomendável ampliar a discussão, com efetiva participação dos cidadãos. “A OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), a ABI (Associação Brasileira de Imprensa), os auditores fiscais, os engenheiros deveriam abrir o debate e se posicionar. Não estamos contra o Governo, queremos que essas entidades trabalhem ao lado dele, pressionando para que certas cláusulas prejudiciais à segurança do Estado, à soberania e à população não sejam adotadas.” Seria necessário entrar também no ponto central da questão: por que se necessita desse tipo de parceria? A razão fundamental, afirma a economista, é a taxa de juros que transforma a dívida pública em uma bola de neve. “Enquanto houver uma taxa correspondente a três vezes o crescimento do PIB, não haverá dinheiro para investimentos públicos.”

# ENTREVISTA

---

O sociólogo Michael Löwy é possivelmente o intelectual brasileiro de maior prestígio internacional. Residindo na França há mais de quatro décadas, Löwy é diretor de pesquisas do importante Centre National de la Recherche Scientifique. Suas pesquisas foram materializadas em extensa obra, publicada em 22 países, na qual se destacam os livros “Romantismo e messianismo”, “Marxismo e teologia da libertação”, “Ideologias e ciência social”, entre outros. Nesta entrevista, esse filho de imigrantes judeus, nascido em São Paulo em 1938, detalha alguns aspectos da luta pela manutenção dos direitos sociais numa Europa dividida, além de refletir sobre os rumos do movimento antineoliberal que se espalhou pelo mundo.

Os direitos sociais dos trabalhadores brasileiros vêm sendo alvo de constantes ameaças. Isso também ocorre na Europa?

Nos últimos 15 ou 20 anos, tem havido uma ofensiva clara do capital europeu contra direitos conquistados em lutas que vêm desde o século XIX. Essas conquistas vão desde direitos a pensões, férias, redução da jornada, até a segurança médica etc. Elas estão sendo constantemente desmanteladas por governos de vários tipos, tanto de direita, como de centro-esquerda. Faz parte da lógica neoliberal impor, da maneira mais impiedosa, a valorização do capital, eliminando quaisquer obstáculos que se coloquem à sua frente. Há todo um discurso “modernizante” para justificar esse ataque a direitos tidos como anacronismos ou privilégios. Mas felizmente tem ocorrido resistências da sociedade, com maior ou menor sucesso, em vários países do mundo.

É isso que gerou o movimento antiglobalização?

Sim. Esse movimento, chamado altermundialista na Europa, não se opõe à globalização em geral, mas a esse fenômeno neoliberal, à OMC (Organização Mundial do Comércio), à guerra, ao FMI (Fundo Monetário Internacional) etc., em favor de uma globalização solidária e democrática. Esse, do qual participam sindicatos, associações, ambientalistas e correntes de esquerda, é o fenômeno social mais importante da atualidade. Ele gerou os fóruns sociais mundiais e diversas iniciativas localizadas. Combina protesto com propostas e reivindicações concretas, como a taxação dos capitais especulativos, o fim dos paraísos fiscais, a moratória sobre os transgênicos, a abolição da dívida dos países do sul. Além disso, essa onda é portadora de uma utopia, no sentido forte da palavra, por um outro mundo possível. Para muitos, um mundo além do capitalismo. O movimento não tem ainda uma expressão política adequada. Ela mantém-se ainda dentro dos marcos tradicionais. Mas há sinais de mudança. O caso mais claro se deu na Espanha, o país que conheceu as maiores manifestações contra a guerra no Iraque e que acabou derrotando o partido de direita, no poder até março deste ano.

Ao longo do século XX, as grandes transformações sociais tiveram lugar nos países mais pobres. Os fóruns sociais aconteceram no Brasil e na Índia. O senhor acha que novamente as nações periféricas tomarão a iniciativa?

Acho que esse movimento é mundial e tem uma dinâmica internacional. Está presente na Europa, nos EUA, na América Latina e na Ásia. Ainda está pequeno na África. Nos anos 60, havia a solidariedade de ativistas europeus com os movimentos de libertação colonial do terceiro mundo. Hoje em dia, a dinâmica é diversa. Há uma convergência em torno de objetivos comuns. Vou dar um exemplo. Existe uma rede internacional chamada Via Campesina. Na França, ela é representada pela Confederação Camponesa, de José Bové, no Brasil, pelo MST, há os movimentos camponeses na Índia, nos países pobres e também nas articulações dos países capitalistas avançados. Todos lutam contra os mesmos inimigos: a OMC, multinacionais como a Monsanto, contra os transgênicos e pela soberania alimentar. Essa é uma dinâmica nova, apesar dos problemas locais serem mais agudos na periferia do mundo.

Que peso teve a eleição de Bush nessa situação?

A vitória de Bush é o encorajamento às políticas belicistas imperiais. É tremendamente negativa. Mas a alternativa Kerry também não seria muito diferente; seria uma espécie de Bush light.

E como o senhor vê o Brasil vivendo fora daqui?

Havia uma grande expectativa em todo o mundo de que o Brasil daria o exemplo de uma política alternativa ao neoliberalismo. Houve alguns avanços na política externa, na formação do G-20, na relação com o MST etc. Mas isso tudo acaba sendo muito limitado pelo quadro geral de uma política econômica neoliberal. Às vezes, temos a impressão de que quem governa não é mais o Lula. Parece ser o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, que não foi eleito presidente da República. Mas ele tem a chave do cofre e decide sobre a política cambial, a econômica etc. E atrás dele está o BankBoston, a OMC, o secretário do Tesouro dos EUA. Apesar disso, há esperança em toda a América Latina. Aqui temos mobilizações populares muito avançadas, cuja ponta de lança são as revoltas camponesa e indígena no México e no Equador. Na Argentina e Bolívia, levantes maciços chegaram a derrubar governos. Falta agora os partidos e a política institucional refletirem essa fermentação popular.

A palestra “Há muito espaço lá embaixo”, proferida em 1959 por Richard Feynman, mudaria os rumos da pesquisa científica no mundo. À surpresa platéia do Instituto de Tecnologia da Califórnia, ele sugeriu que, em um futuro não distante, os engenheiros poderiam manipular átomos reagrupando-os como quisessem, desde que não fossem violadas as leis da natureza.

A idéia de Feynman, lembra o idealizador do Centro Nacional de Referência em Nanotecnologia, o físico Cylon Gonçalves da Silva, é que não precisamos aceitar os materiais com que a natureza nos provê como os únicos possíveis no universo. Para se chegar a esse nível, era preciso que os átomos pudessem ser vistos, o que aconteceu na década de 80, quando Heinrich Rohrer e Gerd Binnig, dos laboratórios da IBM em Zürich, Suíça, inventaram o microscópio de tunelamento e ganharam o prêmio Nobel.

Instrumentos como esse ampliam a visão até tamanhos na faixa do bilionésimo de metro, uma medida conhecida como “nanômetro” que, conforme explica Silva, é tão diminuta como um grão de areia em uma praia que se estendesse de Salvador a Natal. Para ele, o objetivo da nanotecnologia é desenvolver novos materiais, produtos e processos baseados na capacidade atual de ver e realojar átomos e moléculas.

A nanotecnologia permite a utilização dos átomos como se fossem “tijolos” cuja disposição determina o resultado final do “edifício”. Mas para isso é preciso que se saiba manipular o “barro” e é aí que surge a nanociência. Juntas, são conhecidas pela sigla N&N, vista como a vedete da chamada quinta revolução industrial, motivo de investimentos avaliados em aproximadamente US\$ 2 bilhões até 2005. Tudo para movimentar negócios estimados em US\$ 1 trilhão nos próximos dez anos. Os principais participantes são, obviamente, os Estados Unidos, Japão e Comunidade Européia.

## Nanoinvestimentos

No Brasil, os pesquisadores foram chamados a debater essa temática, oficialmente pelo Governo Federal, no ano 2000 e algumas redes foram formadas. Para o físico José Antônio Brum, diretor do LNLS (Laboratório Nacional de Luz Síncrotron), instalado em Campinas, São Paulo, as pesquisas nessa área requerem instrumentação muito cara e alta tecnologia. E faltam verbas para tanto, já que um único microscópio eletrônico pode valer até US\$ 1,5 milhão.

São quatro as redes de pesquisa dedicadas à nanotecnologia, organizadas pelo CNPq (Conselho Nacional de Pesquisa), com mais de 300 cientistas. Marco Aurélio Pacheco, do Laboratório de Inteligência Computacional da PUC do Rio de Janeiro, diz que a idéia é aumentar a integração entre os pesquisadores de diversas áreas – da biologia à física, passando por química e engenharias. Ele esclarece que o Brasil é apontado, pela revista britânica “New Scientist”, como um pólo desenvolvedor dessa nova indústria, mas lamenta que nossos investimentos oficiais, previstos para 2004, não passem de R\$ 9 milhões.

Apesar dos poucos recursos, avanços têm sido alcançados. Um exemplo é a base da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), em São Carlos, no Interior paulista. Seus pesquisadores, sob a coordenação de Luiz Henrique Capparelli Mattoso, desenvolveram a língua eletrônica, em parceria com a Escola Politécnica da USP. Trata-se de um dispositivo que combina sensores químicos de espessura nanométrica com um sofisticado programa de computador para detectar sabores.

A língua eletrônica da Embrapa, mais sensível do que a humana, é formada por um conjunto específico de plásticos que conduzem eletricidade e que são sensíveis às substâncias responsáveis pelos diferentes tipos de paladar. Ela é um produto nanotecnológico, pois surgiu da sintetização de novos materiais e de sua organização, camada molecular por camada molecular, em um sensor que reage eletricamente a diferentes produtos químicos. Mattoso acredita que a língua eletrônica deva ser uma ferramenta útil para indústrias de café, por poder classificar e quantificar com melhor precisão a qualidade da bebida. Ele também assegura que, com ela, é possível fazer testes contínuos na linha de produção em tempo real e em segundos.

“A nanociência tem massa crítica no Brasil. Mas não podemos nos dar ao luxo de ficar para trás” ressalta Edval Santos, coordenador do Laboratório de Dispositivos e Nanoestruturas da UFPE (Universidade Federal de Pernambuco). Ele defende que a pesquisa de nanotecnologia brasileira gere impacto econômico e ajude a resolver problemas nacionais. Por isso, trabalha em um nanodispositivo para evitar o desperdício de água na agricultura.

### Precaução

As pesquisas em N&N apontam para horizontes quase inconcebíveis para a maioria das pessoas do mundo atual: roupas com a resistência do aço e leves como plumas; computadores incrivelmente rápidos, com gigantesca capacidade de armazenamento, transparentes, ultrafinos, dobráveis e de alta resolução; sensores que captem e alertem sobre a presença de um único vírus em uma vasta sala. Além de uma verdadeira revolução biotecnológica, no tratamento das doenças através de nanopílulas inteligentes que conduzam diretamente os fármacos ou até mesmo mudem a estrutura doente da célula.

E tudo isso não pode acontecer sem acompanhamento da sociedade, argumenta Paulo Roberto Martins, cientista social ligado ao IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas). Para ele, é preciso estabelecer sistemas de controle, “aplicando o princípio da precaução, para apontar os impactos que esses novos conhecimentos e procedimentos podem ter sobre a sociedade e o meio ambiente”.

Entre os possíveis riscos, ele lista: eliminação de postos de trabalho, nova corrida armamentista, nanopílulas descontroladas dentro do organismo, robôs nanotecnológicos que podem se reconstruir ou até se reconfigurar.